

Ana e as carrancas de uma vida: trabalho, migração e arte no sertão do Brasil (1923-2023)

Thiago Alves Dias

Universidade de Pernambuco
Petrolina, Pernambuco, Brasil

Recebido em: 16 ago. 2023

Aprovado em: 28 dez. 2023

Publicado em: 16 maio 2024

Resumo

O ano 2023 é dedicado às efemérides e comemorações do centenário de nascimento de Ana das Carrancas. A mesma foi uma ceramista negra pernambucana, nascida em 1923, no mesmo ano em que foi promulgada no Brasil a Lei de Regulamentação de Locação dos Serviços Domésticos, além da criação do Conselho Nacional do Trabalho. Em consequência, surgiram nas Câmaras Legislativas Estaduais e Municipais do Brasil diversas propostas de regulação das relações do trabalho das pessoas que alugavam seus serviços domésticos, tendo como características comuns a necessidade de matrícula e o uso de uma identificação profissional com repercussões criminais. Amparados nas proposituras de Sueli Carneiro sobre a estrutura ocupacional brasileira racista e misógina, aliado aos pressupostos teóricos de François Dosse em *O desafio biográfico* (2009), tendo como fontes as legislações trabalhistas das primeiras décadas do século XX e as notícias de jornais das últimas décadas do mesmo século. O presente artigo discute, a partir de fatos e processos concernentes à vida de Ana das Carrancas, paralelismos históricos que evidenciam a luta pelo trabalho, as migrações internas vividas por sua família e a dignidade social de mulheres negras no Brasil durante o século XX.

Palavras-chave: Ana das Carrancas. Sertão Pernambucano. Migrações Internas. Arte Figurativa em Barro.

* Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco, *campus* Petrolina, Departamento de História. Professor do Programa de Pós-graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo; Mestre, Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: thiago.dias@upe.br
 <https://orcid.org/0000-0003-4308-418X>  <http://lattes.cnpq.br/4789960762797571>

Ana and the “carrancas” of a life: work, migration and art in the the Brazilian hinterland (1923-2023)

Thiago Alves Dias

University of Pernambuco
Petrolina, Pernambuco, Brazil

Received: 16th Aug. 2023

Approved: 28th Dec. 2023

Published: 16th May 2024

Abstract

The year 2023 is dedicated to the anniversaries and celebrations of the centenary of the birth of Ana das Carrancas. She was a black ceramist from Pernambuco, born in 1923, the same year in which the Law for the Regulation of the Leasing of Domestic Services was enacted in Brazil, in addition to the creation of the National Labor Council. In that same year, several proposals appeared in the State and Municipal Legislative Chambers of Brazil to regulate the labor relations of people who rented their domestic services, having as common characteristics the need to register and the use of a professional identification with criminal repercussions. Supported by Sueli Carneiro's propositions on the racist and misogynistic Brazilian occupational structure, combined with the theoretical assumptions of François Dosse in *The biographical challenge* (2009), having as sources the labor legislation of the first decades of the twentieth century and the news from newspapers of the last decades of the same century; This article discusses, based on facts and processes concerning the life of Ana das Carrancas, historical parallels that highlight the struggle for work and the social dignity of black women in Brazil during the 20th century.

Keywords: Ana das Carrancas. Pernambuco Hinterland. Figurative Art in Clay.

*Professor at the University of Pernambuco, Petrolina *campus*, Department of History. Professor of the Postgraduate Program in History and Spaces at the Federal University of Rio Grande do Norte. PhD in Economic History from the University of São Paulo; Master, Bachelor and Degree in History from the Federal University of Rio Grande do Norte. Email: thiago.dias@upe.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4308-418X>

 <http://lattes.cnpq.br/4789960762797571>

Uma das mais importantes ativistas brasileiras antirracistas, a filósofa Sueli Carneiro (2019), informou que na segunda metade do século XX a maioria da população negra brasileira se encontrava alocada nas ocupações manuais, fundamentalmente na agropecuária e na prestação de serviços. Buscando problematizar esse processo, a autora argumentou ainda que o quadro de possibilidades de mudança estrutural para o século XXI, no tocante a situação ocupacional da população negra, continuaria sendo desalentadora, tendo em vista “as desvantagens iniciais do grupo negro em termos de nível de instrução, aliados aos mecanismos socialmente instruídos de discriminação racial que atuam constantemente no mercado de trabalho” (p. 23).

O problema se agrava quando a autora analisou dados da estrutura ocupacional brasileira e as desigualdades, tanto entre homens e mulheres, mas, também, quando se tratou de mulheres negras, brancas e amarelas, revelando que durante a segunda metade do XX, prevaleceu um acesso diferenciado ao mercado de trabalho feminino segundo a cor, confinando a mulher negra nos setores baixo-terciário, ou seja, prestação de serviços e atividades comerciais sem qualquer seguridade e formalidade. De acordo com Sueli Carneiro (2019), mesmo entre funções já subalternizadas, “a cor funciona, em relação às mulheres negras, como fator não somente de expulsão da população feminina negra para as piores atividades do mercado de trabalho, como também determina os mais baixos rendimentos” (p. 31).

Esse longo processo de criação de mecanismos para fomento as desigualdades sociais, notadamente, entre mulheres, na estrutura ocupacional brasileira, foram historicamente intensificadas pelo governo brasileiro, sobretudo, na década de 1920. O governo federal da primeira república apropriou-se de técnicas de controle social neoescravista, refundando pactos racistas e misóginos dentro da estrutura ocupacional brasileira com a criação de duas relevantes instituições: o Conselho Nacional do Trabalho, de 30 de abril, e a Lei de Regulamentação de Locação dos Serviços Domésticos, de 30 de julho, ambas em 1923.

Neste mesmo ano de 1923, nos sertões de divisa entre os estados de Piauí e Pernambuco, na atual cidade de Santa Filomena e antigo distrito de Ouricuri, nasceu Ana Leopoldina dos Santos, que recebeu diversos apelidos ao longo de sua vida, tais como: Dama do Coração de Barro, Ana Louceira, Ana das Louças, Dama do Barro, Ana do Cego e, por fim, e mais importante, Ana das Carrancas.

Em 2023, é comemorado o centenário de nascimento de Ana das Carrancas e diversas instituições tem homenageado a mesma, a exemplo da UERJ (2023), que instituiu por Ato Executivo de Decisão Administrativa (AEDA) o ano comemorativo “Ana das Carrancas”, e a própria prefeitura de Petrolina, que lançou selo comemorativo, logomarca e outras ações. A mulher negra surgida no coração do sertão nordestino, coincidentemente, nasceu junto com as legislações brasileiras que reproduziram as mesmas características do modelo de identificação profissional que haviam sido instituídas no final do século XIX escravocrata:

matrícula como obrigatoriedade de registro no órgão de controle estatal, caderneta como símbolo de identificação, registro de assentamentos como livro de anotações das condutas do trabalhador e previsão de penalidades criminais ao empregado que descumprir o regulamento.

Partindo desse quadro geral, esse artigo apresenta uma possibilidade de historicização desses mecanismos de promoção e aceleração da desigualdade entre mulheres negras na estrutura ocupacional do Brasil a partir da primeira metade do século XX, partindo de aspectos biográficos e da trajetória de vida de uma mulher negra e trabalhadora, nascida em 1923 no sertão do Brasil.

De acordo com o historiador francês François Dosse (2009, p. 11), “a biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias”. Amparado nas perspectivas de Walter Benjamin, o autor entende que o exercício biográfico e os elementos concernentes à vida de um indivíduo são passíveis de descortinar uma época inteira. Além do mais, o domínio da escrita biográfica é, para Dosse (2009, p. 18), “um terreno propício à experimentação para o historiador apto a avaliar o carácter ambivalente da epistemologia de sua disciplina, a história, inevitavelmente apanhada na tensão entre seu polo científico e seu polo ficcional”.

Nesse sentido, o que se pretende aqui é partir de aspectos e fatos da vida de Ana das Carrancas no intuito de abordar um tema histórico: a estrutura ocupacional brasileira racista e misógina no século XX, como foi apontado por Sueli Carneiro (2019). No mais, foi acrescido a esta história do trabalho das mulheres negras brasileiras, dois elementos estratégicos: primeiro, o relato dos fatos da vida de Ana das Carrancas e sua relação com a ‘migração no interior do sertão nordestino’ e, segundo, o exame das questões controvertidas sobre a ‘arte figurativa em barro’, entendendo o trabalho artístico de Ana das Carrancas também como uma dessas estratégias em meio a agência feminina negra sertaneja possível naquele contexto em que a mesma estava inserida.

Partimos, para tanto, de dois tipos de fontes documentais: as fontes oficiais e as fontes biográficas. A legislação trabalhista brasileira disponível nos sites do Senado Federal e da Câmara dos Deputados relativos a primeira metade do século XX, permitiram contextualizar os aspectos formais da legislação brasileira trabalhistas. Já as notícias sobre a vida de Ana das Carrancas veiculadas no jornal *Diário de Pernambuco*, durante a segunda metade do mesmo século, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, permitiram aliar esse contexto formal e seus impactos na trajetória de vida desta mulher.

Por um lado, as fontes oficiais de cunho legais nos permitiram a análise de criação dos aspectos racistas e misóginos na estrutura ocupacional brasileira durante as primeiras décadas do século XX; e, por outro lado, as notícias de jornais sobre a vida e a trajetória de Ana das Carrancas, notadamente, as informações biográficas presentes nas narrativas da própria Ana das Carrancas sobre a relação com o trabalho e os ofícios, nos permitiram descortinar as estratégias utilizadas por esta mulher negra na tentativa de superação desses entraves estruturais do cenário ocupacional brasileiro contemporâneo. Cumpre destacar que as

informações da legislação brasileira que impactaram a história de vida de Ana das Carrancas estão circunscritas, neste artigo, a primeira metade do século XX e as informações e notícias de jornais existentes sobre Ana da Carrancas só passam a existir na segunda metade do mesmo século, quando ela passa a adquirir fama por sua arte e a deter parte do capital simbólico que permite seu trânsito e inserção artísticas na sociedade.

Quanto aos procedimentos metodológicos para análise da legislação brasileira da primeira metade do século XX, nos valemos das proposituras das filólogas Elizabeth Sousa-Lobo (1991) e Sueli Carneiro (2001). Essas pesquisadoras entendem que durante o período republicano prevaleceu no cenário político brasileiro, quando se tratava da mulher trabalhadora, a imagem da mulher tradicional, no sentido estrito de mãe e esposa, a “despeito da presença de mulheres no movimento operário, de intelectuais no movimento anarquista” (Sousa-Lobo, 1991, p. 269), fazendo com que as imagens fundamentadas em torno do trabalho fossem de trabalhadoras frágeis, notadamente, em torno da noção da “mulher costureira”. No entanto, Sueli Carneiro (2001) entende que esse estigma esteve relacionado às mulheres brancas, já que para às mulheres negras sobrou a prestação de serviços, notadamente, o trabalho doméstico. Sendo assim, a análise da legislação trabalhista brasileira, até a primeira metade do século XX, foi apreendida como reforçadora de preceitos racistas e misóginos quando tocavam, especificamente, a questão do trabalho feminino.

Já os procedimentos metodológicos para leitura e análise das informações e notícias jornalísticas presentes no periódico *Diário de Pernambuco* sobre fatos e narrativas de Ana das Carrancas e sua relação com o mundo do trabalho, valemo-nos das proposituras do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2006). Com base no método proposto no famoso texto “A ilusão biográfica”, analisamos os acontecimentos biográficos de Ana das Carrancas como “colocações e deslocamentos no espaço social”, ou seja, suas escolhas, motivações e estratégias em tempo e contexto distinto foram moldadas por “diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital” que estavam em jogo durante sua trajetória (*Ibidem*, p. 190). Significa dizer que, as informações biográficas presentes nas notícias de jornais e as entrevistas dadas pela própria Ana das Carrancas, foram produzidas dentro do contexto histórico e do conjunto das relações que a mesma escolheu ou foi obrigada a manter com a “superfície social” que, em grande medida, modelou características de sua “personalidade”, obrigando-a a construir estratégias de convivência e superação com a estrutura ocupacional brasileira.

Concretar o trabalho republicano

A Proclamação da República, ocorrida em 1889, um ano depois da abolição da escravidão, foi protagonizada por uma pequena elite e trouxe consigo um ideal de projeto de Brasil novo calcado na manutenção dos antigos privilégios das elites políticas. Tratava-se de

instaurar uma imagem de modernidade ao país e estabelecer uma identidade nacional, para que estivesse em consonância com os países da Europa. Contudo, a elite via a massiva presença de afrodescendentes e indígenas, bem como a mestiçagem, como potencial ameaça para a realização desse projeto nos moldes europeus. Por isso, contou com diversas teorias eugênicas para justificar os preconceitos raciais e institucionalizar as práticas republicanas racistas.

Como afirma Lilia Schwarcz (1993), no Brasil os anos 1930 coincidem com a decadência do paradigma teórico sobre o “evolucionismo social” em torno do ideal de uma visão mestiça para a sociedade brasileira. O tema racial debatido entre os eruditos brasileiros presentes em instituições imperiais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as faculdades de medicina e os museus, haviam produzido argumentos de sucesso para o estabelecimento de diferenças sociais a partir das noções de raça e cor. Durante a chamada Velha República foi o direito e o fortalecimento das instituições do Estado republicano que assumiram a dianteira do preconceito social e da segregação étnica.

A onda de progresso e civilização, incitada pela elite, tinha a finalidade de trazer mudanças estruturais quanto ao aspecto das cidades, os modos de vida e a mentalidade da população, baseadas num modelo de europeização. As formas de morar, trajar e trabalhar são, a partir das primeiras décadas do século XX, elementos utilizados para segregar diferentes grupos sociais. A caráter de exemplo, podemos citar a expulsão sistemática de grupos populares das áreas centrais das cidades a partir da fiscalização policial, que reprimia elementos da cultura popular, como rituais religiosos do Candomblé, capoeira etc.

As elites políticas republicanas encontraram estratégias para perpetuar suas vontades racistas por meio da legislação trabalhista que passou a ser produzida enquanto reguladora das relações patronais e de ocupação da população ativa brasileira. Em 30 de abril de 1923, foi decretado pelo então Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, a criação do Conselho Nacional do Trabalho (Brasil, 1923a). Essa nova instituição deveria ser um órgão consultivo e deliberativo sobre questões relativas à organização do trabalho e da previdência social. Entre os assuntos pertinentes a este colegiado, formado por 12 membros escolhidos pelo Presidente da República, constava, além das questões sobre remuneração, dias de trabalho, contratos e trabalhos de menores, entre outras funções, a organização do trabalho das mulheres.

Essa nova instituição buscou efetivar e reafirmar antigas práticas e o cumprimento de legislações já existentes como, por exemplo, a observância da Lei n.º 1.150/1904, que garantia ao empregador pagar ao trabalhador rural não em dinheiro, mas em “produto da colheita para a qual houver concorrido seu trabalho” (Brasil, 1904). Essa garantia dada aos proprietários de terra e empregadores institucionalizou práticas análogas à escravidão, uma vez que o

trabalhador recebia seu salário com produtos da própria colheita do patrão, o que não garantia segurança alimentar, aquisição de vestimenta ou quaisquer outras necessidades básicas. Essa Lei garantiu ainda o funcionamento das pequenas bodegas e mercearias dentro das propriedades e fazendas dos proprietários de terra e empregadores, no qual os trabalhadores apenas descontavam do seu trabalho para ter acesso a comida e itens básicos do cotidiano (Cf. Barreira, 1992; Braga Neto, 2017).

A manutenção da ordem escravista capitalista na sociedade brasileira republicana e do modelo opressor para com os trabalhadores com a promulgação dessa Lei e vigilância do novo Conselho Nacional do Trabalho foi determinante na vida da família de Ana das Carrancas. De acordo com uma matéria do jornalista pernambucano Francisco Bandeira Melo, veiculada no *Diário de Pernambuco* em 1970, Ana das Carrancas foi entrevistada por representantes do Museu da Imagem e do Som de Pernambuco, sendo questionada sobre sua consciência na escolha do trabalho artesanal com o barro. Ela respondeu que havia na época outros tipos de trabalhos disponíveis, no entanto, “minha sorte não deu para outro trabalho”, pois “em tudo que me formei de moça nosso trabalho era na roça. Trabalhávamos muito e roça não dava resultados”. Afirmou, ainda, que plantava algodão, mandioca e não havia resultados satisfatórios. Por volta de 1932, ou seja, quase 10 anos da criação do Conselho Nacional do Trabalho, Ana afirmou que “foi o tempo que a gente mudou para o café”. O que recebia do trabalho nos cafezais em terras que não eram da família de Ana das Carrancas, era o próprio café: “eu vendia café na feira e tinha prejuízo”, já que o preço vendido do pouco café que recebiam por seu trabalho, não era competitivo com o baixo preço que o proprietário de terras e o empregador do cafezal disponibilizava para a venda também nas feiras (*Diário de Pernambuco*, 1970, p. 2).

Em julho de 1923, ainda no ano de nascimento de Ana das Carrancas, as elites políticas brasileiras promoveram outro impactante avanço em suas práticas institucionais de promoção ao racismo e a misoginia dentro da estrutura ocupacional brasileira com a promulgação da Lei de Regulamento de Locação dos Serviços Domésticos do Distrito Federal, que em partes foi seguido por outros estados da federação. Essa nova lei definiu quais eram os tipos de atividades e serviços domésticos locados no Brasil, como cozinheiros, ajudantes, copeiros e diversas outras ocupações que eram realizadas em estabelecimentos como hotéis, restaurantes, pensões, bares, escritórios, consultórios e mesmo casas particulares. Definiu, ainda, quem podia atuar. Para as mulheres figurava a possibilidade de locarem serviços na função de “amas secas ou de leite, costureiras, damas de companhia” (Brasil, 1923b).

Aqueles que desejassem locar seus serviços deveriam se cadastrar no Gabinete de Identificação e Estatística para expedição de uma carteira com fotografia e impressão

dactiloscópica, ou seja, identificação por digital do dedo polegar. Ficou vedado a emissão dessa carteira àqueles de “más condutas” que deveria ser aferido por ficha criminal, tendo o requerente passado pela delegacia de polícia para emissão de certidão negativa. Além do mais, caso o locador deixasse de prestar o serviço que havia sido contratado, deveria informar a delegacia mais próxima em até 48 horas que não estava mais atuando naquele serviço.

Muitos estudos têm apontado que essa Lei federal reproduziu as mesmas características do modelo de identificação profissional que fora instituído no final da escravidão. O professor de direito Adailton Pires Costa (2018), por exemplo, indica que essa Lei funcionou como uma prática neoescravista presente na obrigatoriedade de registro no órgão de controle estatal (matricula), símbolo de identificação (caderneta), livro de anotação das condutas do trabalhador (registro de assentamentos) e previsão de penalidades criminais ao empregado que descumprir o regulamento.

Muito embora a aplicação dessa identificação profissional obrigatória do regulamento de 1923 tenha sofrido forte resistência por parte dos trabalhadores, a nascente classe empresarial brasileira, bem como a antiga elite política e econômica dos grandes centros urbanos, utilizara-se de todos os meios disponíveis para executarem essas leis. Estas mesmas leis devem ser entendidas como uma forma de comprometimento da classe patronal fruto do capitalismo que buscava aumentar a diferenciação social em nome da regulação das relações de trabalho urbano “livre”. Esse modelo de identificação profissional obrigatória nos serviços domésticos surge em várias partes do Brasil, gerando propostas locais de regulação das relações do trabalho das pessoas que alugavam seus serviços domésticos, tendo como características comuns a matricula dos trabalhadores e a necessidade de uso de uma identificação profissional com repercussões criminais.

Esse quadro geral de leis modelou a história da organização brasileira do trabalho na primeira metade do século XX e permitiu a instauração de práticas que foram sendo agregadas ao cotidiano do sistema ocupacional brasileiro, tais como: cerceamento de liberdades, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva. Soma-se a esse quadro o não-lugar ocupado pelas populações negras periféricas nas áreas urbanas ou mesmo nas zonas de menor densidade demográfica, como os sertões.

Ana das Carrancas registrou, em suas memórias partilhadas em entrevistas, exemplos dos impactos que esta legislação gerou para a família dela. Ou seja, a situação do sistema ocupacional brasileiro durante o século XX enquanto um desdobramento dessas legislações republicanas de primeira hora que asseguraram um sistema ocupacional racista e misógino. Por volta de 1932, Ana das Carrancas informou que foi necessário para sua família migrar do sertão pernambucano para a cidade de Picos, no Piauí, em busca de condições favoráveis de

trabalho. Registrou, ainda, que nesse período passou a trabalhar em barcos de feira sob o Rio Guaribas vendendo frutas, verduras e hortaliças.

Por volta de 1956, Ana contraiu matrimônio pela segunda vez com José Vicente de Barros, um homem cego: “ele é cego. Já nasceu cego. Trabalhava em louça, carregava lenha pra queimar louça, pisava o barro e carregava o barro na cabeça”. Ana ainda registrou que a parceria com seu segundo marido, quando ambos trabalhavam o barro ainda em Picos, ocorria da seguinte forma: “eu cavava o barro, botava numa lata, ele punha na cabeça e trazia pra casa. Carregava a louça numa trouxa de pano e botava as panelas, uma em cima da outra, e carregava na cabeça e levava pra feira” (*Diário de Pernambuco*, 1970, p. 2-3).

Além do marido cego que a ajudava com a extração do barro, a modelagem e produção de peças, a mesma informa que somente a partir da década de 1960, por meio do trabalho coletivo com a família que incluía irmã, filha, sobrinha e genro e sob incentivos de ‘americanos’, ou seja, estrangeiros, quando já se encontravam em Petrolina naquela altura, que a mesma passou a ter melhores condições de trabalho em função da visibilidade que sua arte expressiva com o barro passou a alcançar.

É preciso compreender quais as condições, motivações e possibilidades que conduziram Ana das Carrancas e sua família negra a utilizarem a estratégia da migração interna como forma de tentativa de melhorar as condições de vida. A mesma cita que na sua cidade natal trabalharam na roça familiar, depois mudaram para áreas de produção rural terceirizada, depois áreas mais urbanizadas para tentativas no comércio para só, então, com a disponibilidade de recursos, que incluiu a qualidade do barro das margens do São Francisco, “pois todo que a gente pegava era ruim, fefelava (*sic*), estalava, quebrava” (*Diário de Pernambuco*, 1970, p. 2), puderam se instalar em Petrolina, já na segunda metade do século XX.

Se, por um lado, a abolição da escravidão já havia ocorrido; por outro, as práticas de escravidão no século XX foram matizando violações de cunho trabalhista, com violações de direitos humanos, maculação da dignidade, exposição dos trabalhadores a condições degradantes, impacto sistemático a sua saúde física e mental, tendo os elementos de misoginia e racismo catalizadores desse processo que cimentou a estrutura ocupacional brasileira republicana calcada numa indisfarçada liberdade que trata as trabalhadoras negras com objetificação que envolve anulação da dignidade e privação da liberdade.

Com esse quadro geral sobre a estrutura ocupacional brasileira durante o século XX a partir das normativas do Estado brasileiro e suas implicações nas condições de trabalho das mulheres negras nos centros urbanos, propomos avançar. Partimos do pressuposto que esses aspectos de reatualização de práticas neoescravistas também se alastraram nos interiores e

regiões periféricas do Brasil e, portanto, passaremos a analisar as estratégias utilizadas pela família de Ana das Carrancas em busca da superação desses entraves.

Migrações internas forçadas

Ana das Carrancas deixou registrada em suas entrevistas cedidas ao *Diário de Pernambuco* na década de 1970, as sucessivas migrações internas perpetradas por ela e sua família no interior do sertão nordestino. Constrangidos por uma sociedade abertamente racista e elitista e os entraves que esses fundamentos ideológicos e políticos incidem sobre as populações negras e pobres, tais como miserabilidade e ausência de oportunidades dignas de trabalho e condições sociais, restou a família de Ana um expediente que ocupou parte da sociedade brasileira no século XX: migrações internas forçadas.

Vasta e polissêmica é a literatura referente a esse tema na historiografia mundial e em particular, no Brasil (Cf. Souza, 1980). As humanidades como um todo, em especial a sociologia e a geografia, tem produzido quase que exaustivamente na última centúria sobre as migrações de indivíduos, povos e grupos dentro de um mesmo território. Soma-se a esse quadro as imagens criadas na literatura e na arte sobre o retirante nordestino, imagens essas endossadas politicamente pelas elites sulistas sempre que oportuno quando de ressignificação de discursos de preconceito regional. A recorrência da noção da “seca” como fundamento precípua para as migrações internas no século XX brasileiro, em especial do povo nordestino, foram consagradas por uma literatura que a endossou como um fenômeno característico do Nordeste e normalizador das migrações internas.

Entretanto, já está mais do que demonstrado nas pesquisas acadêmicas que não foi a seca o determinante do processo migratório nordestino durante o século XIX. Ela é uma razão secundária e assim deve ser considerada. Muito embora os estudos sobre migração interna no Brasil durante o século XX aponte motivos diversos como: busca, por emprego, melhores condições educacionais, motivações familiares, transferências compulsórias, serviço militar, precárias condições de vida na agricultura, expansão de negócios, tratamento de saúde ou mesmo aventura (Cf. Souza, 1980), a má distribuição das terras no Brasil é o principal motivo da migração, enquanto elemento estrutural (Cf. Andrade, 2010). A migração não ocorre por razões conjunturais como a seca, mas por razões estruturais representadas pelo monopólio da terra. “O problema não é de seca, é de cerca”, já apontam os ditos populares nordestinos. De forma mais ampla, conforme nos informa Francisco de Oliveira em seu clássico historiográfico *Elegia para uma Re(li)gião* (1981); durante o século XX, estivemos diante de uma realidade em

que o capital hegemônico, historicamente, configurou as regiões e estabeleceu, segundo os seus interesses, o papel de cada uma no panorama de acumulação e expropriação da natureza e do trabalho humano. Essas questões nos colocam diante dos debates teóricos propostos pelo geógrafo David Harvey (2005) e a produção capitalista do espaço a partir da perspectiva da “expansão geográfica do capital” e a relação entre a teoria da acumulação marxista e a “produção das estruturas espaciais”.

No entanto, o que tencionamos enfrentar aqui é a percepção defendida pelo filósofo italiano Humberto Eco para quem o próprio termo migração, enquanto mobilidade espacial, parece alcançar níveis de normalidade cotidiana cada vez mais expressivos, corriqueiros e até despercebíveis nos frenesis do dia a dia. Humberto Eco (2020) entende a contemporaneidade das migrações, “violentas ou pacíficas como fenômenos naturais: acontecem e ninguém pode controlá-los” (p. 18). A questão então seria: “quando” ou em função “de que” passamos a normalizar as migrações internas ao ponto de não percebermos ou problematizarmos suas intercorrências? Porque as pessoas migram? Ou, como afirmou o próprio Humberto Eco, “ainda é possível distinguir imigração de migração quando todo o planeta está se tornando um território de deslocamentos cruzados?” (*Ibidem*, p. 20).

Embora o autor em questão tenha partido de exemplos e problemas das migrações internas ao continente europeu na atualidade, o problema cadente à realidade de qualquer migração são as motivações de ocorrência e a intolerância sofrida por quem migra ao adentrar novas espacialidades. O processo migratório é determinado por causas macroeconômicas, o que não anula o papel de indivíduos e grupos na elaboração de seus projetos migratórios. É o que fazem e fizeram milhares de indivíduos todos os anos: confrontam o caráter totalizante do capital, constroem e reconstroem as suas estratégias de sobrevivência, impelidos a se deslocarem no território no afã de viabilizar oportunidades negadas em seu lugar de origem.

Tal como a mais famosa representação sobre o êxodo rural nordestino na tela *Retirantes*, do pintor Cândido Portinari, de 1944, as migrações de Ana das Carrancas e sua família podem também ser pensadas como uma metáfora da realidade de muitas famílias do Brasil do século XX: a triste realidade de uma parte da população brasileira, que deixa seu lugar de origem em busca de melhores condições de vida em outras partes do país

Ana das Carrancas, como já foi apontado, nasceu em 1923, nos sertões de divisa entre os estados de Piauí e Pernambuco, na atual cidade de Santa Filomena, na época um distrito rural da cidade de Ouricuri. Em seus relatos para o *Diário de Pernambuco*, em 1970, afirma que quando migrou pela primeira vez de Santa Filomena, em Pernambuco, para a cidade de Picos, no estado do Piauí, isso por volta da década de 1930, na altura passando dos sete anos de

idade, já fazia “bonequinhos [de cerâmica] pra esse negócio de lojinha, santinhos e panelas pequenininhas, boi, esse boi zebu” (*Diário de Pernambuco*, 1970, p. 5-6).

A família havia se instalado inicialmente na cidade de Picos, mas também realizou temporadas de moradas em Araripina e Santa Cruz do Deserto, também no Piauí. Antes mesmo de voltar a morar em Pernambuco, Ana das Carrancas morou em Paulistana, também no Piauí, fixando morada em Petrolina somente em 1956 onde faleceu em 2008. As migrações internas vivenciadas por Ana e sua família não têm nada de espontâneo ou lírico. Todas as vezes que menciona as migrações em suas falas registradas para o jornal, Ana deixa claro: “mudei de lá para cá, por que não dava resultado”. Esta é principal motivação para as migrações internas de parte das mulheres negras no sertão que se viram sujeitas a esse expediente de sobrevivência. Quando em 1956, Ana das Carrancas resolve imigrar para Petrolina com sua família, estando já casada com seu esposo que era cego, aposta alto em busca do que o Rio São Francisco era capaz de fornecer a ela: um barro de qualidade, água em abundância e lenha para queimar a cerâmica (Cf. Andrade, 2006).

Foi somente em Petrolina, já com quase 33 anos de idade, que Ana Leopoldina dos Santos foi sendo modelada e reconhecida como Ana das Carrancas. Foi em Petrolina, inicialmente trabalhando em suas casas apertadas e depois em um galpão em que morou até o final da sua vida, que encontrou condições favoráveis para desenvolver suas habilidades e técnicas de manejo do barro e da arte figurativa. E, como se ainda faltasse chão e barro para Ana, e mesmo depois de tudo que passou, em 1981, com quase 60 anos de idade, viu-se obrigada a imigrar novamente, embora não tenha feito.

Em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, de junho de 1981, Ana revelou uma de suas vontades: “quero deixar Petrolina”. Mesmo tendo se tornado uma das maiores artistas populares de nosso tempo naquela altura e, portando, de posse de um significativo capital simbólico, expôs que havia sido em Petrolina que começou, verdadeiramente, seu trabalho, no entanto, afirmou: “mas vou ter que sair”. Alegou que “o movimento do barro acabou e o local onde eu tirava lenha para o forno foi cercado. Estou doente, com pressão baixa e sofrendo da coluna por causa do trabalho”. Ana, como se usasse um tom de desolação, afirmou ganhar pouco, “menos de Cr\$ 15.000,00 por mês, e tem vezes que nem chego a ganhar isto, apurando pouquíssimo” (*Diário de Pernambuco*, 1981, p. 1).

Se, durante boa parte de sua vida Ana foi obrigada a migrar por falta de oportunidades dignas de trabalho diante de uma estrutura ocupacional racista e misógina, quase no fim de sua vida, Ana é submetida mais uma vez a uma migração forçada em outro contexto e por outras motivações, mas partindo do mesmo princípio: condições desfavoráveis de trabalho. O fato de migrar de Petrolina para Recife estava claro para uma Ana das Carrancas já idosa e

muito vivida: “quero trabalhar [em Recife] e vender os meus trabalhos sem tantos intermediários. Quero vender o meu trabalho barato para que todo mundo possa ter uma peça minha”. Assolada pelos intermediários que compravam suas peças, pagavam preços exíguos e vendiam por alto lucros, a esta altura tinha consciência de um problema até maior: “mas aqui no Recife é preciso acabar com um problema: estão vendendo carrancas usando o meu nome. Estão negociando carrancas como se fossem minhas”. Afirmou, ainda, que não fazia carrancas grandes de madeira: “este trabalho é do meu genro; faço carrancas grandes só em barro”. Concluiu assim que queria, ela mesma, “no Recife, vender o meu trabalho. E no mais, só espero que Deus me ajude para eu ser alguma coisa, hoje, e divulgar o meu trabalho. Espero deixar meu nome para a minha família” (*Diário de Pernambuco*, 1981, p. 1-2).

Ana das Carrancas havia se consolidado já na década de 1980 como a “Dona das Carrancas do São Francisco”. De acordo com a jornalista Fernanda D’Oliveira em reportagem do *Diário de Pernambuco*, de 1981, “Ana das Carrancas não é apenas uma das maiores artistas populares do nosso tempo; é também uma mulher cheia de forças e poesia. Chama o barro com a qual trabalha de ‘mamãe terra” (p. 1). Mesmo com toda essa fama, as condições de vida de Ana não acompanharam os ganhos materiais que deveria obter em função dos negociantes atravessadores de suas obras e, sobretudo, das imitações, réplicas e falsificações que levavam seu nome.

A mulher negra artista do sertão do São Francisco sofreu com a expansão de sua fama enquanto artista figurativa do barro as mesmas agruras que talvez todo artista tenha passado mediante a exploração econômica injusta de sua arte. No entanto, não é menos provável imaginar que o fato de estarmos diante de uma mulher-artista-negra, em um contexto ocupacional discriminatório, isso tenha pesado sobre sua vida e o desenvolvimento de sua arte. Nesse sentido, “deixar Petrolina”, como afirmou Ana, não pode ser confundido com uma vontade espontânea de migração. Esse quadro sistêmico de migrações se insere no contexto mais amplo da sociedade brasileira e da economia mundial globalizada na contemporaneidade. O modelo neoliberal adotado pelas elites e pelo governo, subordinando a política e a economia às exigências do capital financeiro nacional e internacional, agrava ainda mais o penoso vaivém de amplos setores da população. As trabalhadoras e os trabalhadores são impelidos a uma mobilidade frequente e, ao mesmo tempo, acabam sendo barrados em todo tipo de fronteira política, econômica, social e cultural. A concentração de renda, por uma parte, e a exclusão social, por outra, agravam ainda mais a instabilidade e a insegurança.

Para Ana das Carrancas, migrar representou sempre sofrimento e esteve ligado ao impulso de evasão perpetrado por uma sociedade que a impunha desajustes, insatisfações, opressões, mesmo quando a mesma já era uma artista renomada na arte figurativa em barro.

“Era trabalho”: a luta por meio do barro

A história da social da arte tem demonstrado que durante milênios a produção de artefatos não foram em absoluto criadas por intensão retórica ou estética, tendo em vista o consumo puramente contemplativo, desinteressado ou gratuito. Na maioria das vezes, os artefatos em barro, por exemplo, eram produzidos com a finalidade ritualística ou mesmo de cunho religioso, mágico ou puramente funcional, como vasos e cântaros bem ornados para carregar água ou vinho (Cf. Lypovetsky; Serroy, 2002). Os artefatos historicamente produzidos por diversas artesãs ou artesões do barro no sertão do atual nordeste, por exemplo, uma vez inseridas em sistemas coletivos de vivências e expressões conjunta, aumentam seus sentidos e passam de simples formas estéticas para fenômenos com funcionamento autônomo e separado. A estruturação social é que em toda parte regula o jogo das formas artísticas e também media a criação espontânea de quem produz a arte. Trata-se de pensar a arte como produto de sociedades em que as convenções estéticas, a organização social e o cultural são estruturalmente ligados, traduzindo o cotidiano e cadenciando os momentos importantes da vida social.

Ana das Carrancas, por exemplo, em suas entrevistas ao *Diário de Pernambuco*, entre 1970 a 1981, informou que começou produzindo cavalinhos, vaqueiros, bonecos. Animais da lide urbana e rural, trabalhadores das fazendas e currais, indivíduos sem nome, mas com rosto que saltão do cotidiano da mulher negra que aos poucos vai se tornando uma artista. Confessa que aprendeu a fazer bois, um símbolo de fartura e prosperidade da sociedade sertaneja em que estava inserida e depois pratinhos, vasilhas, panelas. Foi durante a infância que a mesma aprendeu tanto moldar o barro, como vender louças utilitárias com sua mãe, Maria Leopoldina dos Santos. Em consequência da produção de caqueiros, vasos utilizados para plantas, essa arte, auxiliava a renda familiar, assim como a produção de potes, de moringas, de panelas.

Aos poucos foi emergindo a funcionalidade de sua arte em prol dos fins comerciais. Mesmo os primeiros animais, os primeiros bonecos, os primeiros brinquedos não são puramente estéticos: são produtos do seu cotidiano e são produzidos em função dos sentidos que ocupam nos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais em que a artista viveu.

De acordo com uma reportagem de 1972, do *Diário de Pernambuco*, Ana das Carrancas teria sido pauta de uma matéria para a *Revista Veja*, da Editora Abril. Nessa reportagem foi veiculado que a produção artística de Ana teria surgido por “brincadeira, sem saber que aquilo faria escola, ganharia adeptos, motivaria sinais de exclamação e parabéns de pessoas entendidas” (*Diário de Pernambuco*, 1972, p. 12). Essa forma alegórica, descompromissada, romântica e nada verídica sobre a produção artística de Ana só poderia convencer leitores de uma revista de entretenimento em um estado de tédio sobre seu domingo enfadonho.

Um ano antes, em outra reportagem veiculada no mesmo periódico *Diário de Pernambuco*, em 1971, quando Ana das Carrancas foi questionada pelo repórter Francisco Bandeira Mello que preparava uma matéria para a Empresa de Turismo de Pernambuco, sobre se arte figurativa em barro que produzia ainda na sua infância e adolescência era brinquedo ou trabalho, Ana foi direta: “era trabalho. Eu ia na companhia de mamãe, que era viúva nesse tempo” (*Diário de Pernambuco*, 1971, p. 2). Muito embora não possamos negar o caráter lúdico que a descoberta da modelação do barro tenha provocado nas vivências de Ana em sua infância e adolescência, não foi propício a ela, naquele momento de sua vida, argumentar que sua relação com o barro nasceu por brincadeira. Sua mãe era artesã do barro e era a lide com o barro que mantinha a família de Ana. Ela tinha consciência desde cedo que a arte de modelar o barro era um meio de vida e, por isso, exigia seriedade, persistência e dedicação. Para as pesquisadoras Sonha Aquino e Erika Epiphanyo (2022), em um estudo que buscou descortinar a arte de Ana por meio da logoterapia, as conclusões se aproximam do que foi analisado: “é possível verificar como o posicionamento de Ana das Carrancas diante da vida refletiu no processo de construção de sua arte, revelando seu movimento em busca do sentido da vida e da superação humana” (Aquino; Epiphanyo, 2022).

Figura 1 – Ana Leopoldina dos Santos, mais conhecida como Ana das Carrancas. Digital, s/d.



Fonte: *Jornal Brasil de Fato*, [s. l.], 4 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2022/04/04/as-damas-da-cultura-pernambucana-conheca-ana-das-carrancas-e-dona-duda-no-prosa-e-fa>. Acesso em 11 out. 2022.

Como já foi argumentado, o pai de Ana, Joaquim Inácio de Lima, era agricultor e migrou com a família para o município de Picos, no estado do Piauí, em 1932. Foi com 22 anos, em 1945, que Ana se casou com o pedreiro Luiz Frutoso da Silva. Deste casamento nasceram as filhas Maria da Cruz, que se tornou também ceramista, e Ana Maria, esposa do escultor de carrancas em madeira Domingos da Trindade Lopes, conhecido pelo codinome, Lopes de Petrolina. Luiz Frutoso, o primeiro marido de Ana, faleceu logo após o nascimento das filhas. Após vivenciar seu período como viúva, ela casou-se com o cantor de feira piauiense José Vicente de Barros, um homem cego, tendo então, a terceira filha Ângela Aparecida de Lima. Foi esta que, ao lado de Maria Cruz, deu continuidade à tradição familiar de modelar as carrancas (Cf. Centro de Cultura Ana das Carrancas, 2022).

Figura 2 – Ana e seu marido José Vicente. Fotografia colorida, s/d.



Fonte: Acervo Pessoal de Denise Adams.

Entretanto, a vida na cidade de Picos, no sertão de Araripe, não permitiu êxito à família. Como foi argumentado, na busca de melhores oportunidades para com a comercialização das peças, tomou-se a decisão de migrar para Petrolina no ano de 1954, um dos maiores centros urbanos até então da região, município à margem do Rio São Francisco, próximo a Juazeiro. Nos primeiros anos de moradia em Petrolina, Ana passou a ser conhecida como “Ana Louceira” ou “Ana do Cego” e nesse período as carrancas de madeira já eram uma importante tradição popular.

Em meio as mais conhecidas e respeitadas esculturas na década de 1950 estavam as carrancas de Francisco Biquiba Guarany (1882-1985), sendo as primeiras carrancas deste Mestre datadas desde 1905. Eram figuras bastante realistas como cabeças de leões e cavalos,

e eram usadas na identificação das embarcações que navegavam pelo Rio São Francisco (Cf. Coimbra; Martins; Duarte, 1980). Mas foi entre as décadas de 1950 e 1960 que as peças de Guarany ganharam maior atenção de colecionadores e estudiosos, em especial após a publicação de imagens registradas pelo fotógrafo francês Marcel Gautherot (1910-1996) em diversas revistas como em *O Cruzeiro* (1947), *Sombra* (1951), *Módulo* (1955) e no livro *Brésil* (1950).

Logo no início da década de 1960, Ana precisou buscar a matéria prima para suas peças às margens do rio Velho Chico, criando então, sua primeira “gangula”, uma pequena embarcação em cerâmica semelhante a um vaso de médio porte acompanhada de uma carranca em sua proa. Com esse tipo de peça de barro as vendas de Ana aumentaram, mesmo que suas carrancas fossem recebidas com estranheza pela comunidade participante das feiras de Petrolina por serem de barro e terem feições distintas dos consagrados artistas escultores. Em 1963, os barcos em barro, com uma pequena carranca, foram distribuídos como lembrança na inauguração da Biblioteca Municipal de Petrolina, promovendo Ana e sua forma de modelação em barro (Cf. Coimbra; Martins; Duarte, 1980).

Figura 3 – Ana das Carrancas moldando. Fotografia digital, s/d.



Fonte: Acervo do Centro Cultural Ana das Carrancas.

É possível afirmar que as carrancas de Ana retêm apenas a ideia mais geral da representação de figuras imaginárias, fantásticas, espantosa, misto de animal e ser humano. Nas caretas mais recentes de Ana, depois da instalação de um forno apropriado de queima em seu ateliê e morada por volta dos anos 2000, a argila de densidade controlada passou a adquirir tons marrons distintos após a queima. A superfície homogênea do rosto nos permite perceber marcas digitais sutis, curvas e saliências causadas pelo passar dos dedos sobre o material ainda flexível. Destaca-se ainda, o cabelo áspero feito com a ajuda de espigões sendo resultado de repetidos gestos agressivos sobre uma peça já formada. A textura que delinea o rosto, unifica a base do objeto e realça a verticalidade da figura, dando ênfase ao seu olhar melancólico e profundo em direção ao horizonte. Os característicos olhos amendoados e perfurados humanizam o animal com narinas compridas e boca canina. As cabeças grandes variam entre vasos triangulares, peças individuais com mais de um metro de altura e pequenas peças do tamanho de uma lembrança. Em todas as carrancas há a presença de um olhar distante, como se contemplasse o Velho Chico, o rio de oportunidades que durante parte da vida deu sentido a sua arte figurativa em barro (Cf. Coimbra; Martins; Duarte, 1980).

No ano de 2000, Ana das Carrancas conquistou o título de cidadã petrolinense, no mês de setembro. Neste mesmo ano foi inaugurado o Centro de Arte Ana das Carrancas, formado por um memorial, uma loja, um ateliê com atividades socioeducativas e um espaço expositivo. Este museu apresenta a trajetória da artista, inclusive uma das carrancas mais antigas, de 1963, tornando-se um local dos principais pontos turísticos de Petrolina (Cf. Centro de Cultura Ana das Carrancas, 2022).

Em uma entrevista cedida ao *Diário de Pernambuco* durante a II Feira Internacional de Artesanato de Caruaru, na Casa da Cultura José Cond, e publicada no jornal impresso em abril 1974, Ana fez a seguinte revelação:

Não faço trabalhos em miniatura por que respeito a memória do meu grande companheiro de ideia, que foi Vitalino. Não o conheci pessoalmente, nunca tive o prazer e a honra de vê-lo, mas sempre admirei a sua arte. Minhas peças de cerâmica são produzidas em tamanhos grandes, porque Vitalino fazia peças pequenas, quase em miniatura. Não acho decente competir com colegas, mesmo depois de sua morte (*Diário de Pernambuco*, 1974, p. 11).

A decência, a moral e a ética da arte figurativa em barro de Ana são postas em relevo quando assume não fazer carrancas em miniatura porque respeitava a memória do Mestre Vitalino. Sendo assim, assume com essa postura que não é apenas produção de arte figurativa em nome de uma estética, as carrancas, mas um trabalho, um labor, uma atividade profissional que carrega as marcas da personalidade de quem o faz.

Em 2005, Ana foi condecorada com a Ordem do Mérito Cultural pelo Presidente Lula e pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil (Silva, 2018). Em um contexto em que a sociedade se baseava em valores, crenças e padrões estéticos e comportamentais predominantes, a história

da mulher negra é a de luta, resistência e de liberdade por meio de estratégias como as aqui apresentadas: migrações e o trabalho com o barro.

De acordo com o trabalho da jornalista Tamires Coêlho (2009), os discursos veiculados nos jornais pernambucanos quando da morte de Ana das Carrancas no primeiro dia de outubro de 2008 expressam o reconhecimento da Dama do Barro como uma grande artista. A memória veiculadas nos jornais em torno das peças de Ana, ora carregadas de religiosidade, ora de crenças e superstições populares, ganharam um reconhecimento que transcendeu o universo local. Pairou sobre a esfera jornalística pernambucana um consenso que a forma singular de fazer arte de Ana – inspirada no cotidiano, no sertão nordestino e no rio São Francisco – são únicos para a cultura pernambucana, bem como uma das formas genuínas de reconhecimento das carrancas de Ana na peculiaridade dos olhos vazados, que surgiu a partir de uma homenagem ao seu marido cego.

Considerações finais

Os problemas enfrentados por uma parcela considerável de mulheres negras no Brasil e no mundo, tais como: marginalização, hipersexualização, estigmatização, sub-representação, dentre diversos outros estigmas, nos leva a dimensionar a situação vivida por elas na sociedade contemporânea. Falar do protagonismo de Ana das Carrancas incide sobre a necessidade de prescrutar esse desejo de liberdade, a busca pela humanização do seu “eu” e a súplica pelas necessidades de uma organização articulada, com propósito de atender as emergências dos problemas enfrentados pelas mulheres negras na sociedade (Cf. Carneiro, 2003). É partindo desse processo histórico que se construiu o presente trabalho, revivendo a trajetória de conquista e frustrações de Ana das Carrancas na representatividade de uma parcela de mulheres negras que tiveram lutas parecidas.

Pensar uma história dos direitos a partir de baixo é, por um lado, desvelar o passado de exploração, opressão e silenciamento das classes e grupos subalternos realizado por meio das formas jurídicas; e, por outro lado, ouvir a cultura dos vencidos por suas próprias vozes e anunciar ao presente a “tradição dos oprimidos” em relação a essas formas jurídicas.

A exclusão social vivida por Ana, em partes, a fez vulnerável, mas também a fez forte! Sem ter acesso à educação, não sabia ler, nem escrever, o que tornava difícil ascender socialmente e sair da escala de pobreza. Os postos de trabalho que ocupou na grande maioria eram informais e sujeitos a todo tipo de exploração. Além disso, por ser chefe da família, assumiu responsabilidades muito maior do que qualquer outra camada, pois além de cuidar da sua casa e filhos, também precisou arcar com a casa e os filhos de outrem. O controle sobre seus corpos pelo Estado foi evidente em diversos momentos da história. A partir da biografia de Ana das Carrancas, torna-se notável os desafios para a luta em vista da transformação das relações de gênero. As mulheres negras precisam se constituir como sujeitos de direitos. Os privilégios hegemônicos das formas de cultura, instituindo e perpetuando a ideia de

inferioridade imposta às mulheres negras.

Referências

Legislação e Normas

BRASIL. Decreto n.º 1.150, de 5 de janeiro de 1904. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jan. 1904, seção 1.

BRASIL. Decreto n.º 16.027, de 30 de abril de 1923. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 maio 1923a.

BRASIL. Decreto n.º 16.107, de 30 de julho de 1923. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 ago. 1923.

UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Ato Executivo de Decisão Administrativa*. AEDA 01/Reitoria 2023 de 01 de janeiro de 2023.

Fontes

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Diário de Pernambuco, Recife, 12 jul. 1970; 4 out. 1972; 23 maio 1973; 28 out. 1973; 3 abr. 1974; 9 abr. 1975; 25 dez. 1980; 8 jul. 1981; 15 jul. 1982; 13 jul. 1981.

Bibliografia

AMORIM, Maria Alice. *Patrimônios Vivos de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 2010.

ANDRADE, Emanuel. *A Dama do Barro*. Petrolina, PE: Gráfica e Editora Franciscana, 2006.

ANDRADE, Lopes de. *Introdução à Sociologia da Seca*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRAGA NETO, Edgar. *Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores no semiárido*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Ações Afirmativas*. São Paulo: LTr., 2016.

CARDOSO, Hamilton Bernardes. É difícil ser negro. *Primeiros Negros*, 2014. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/e-dificil-ser-negro/>. Acesso em: 6 jun. 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Polén Livros, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

COELHO DE AQUINO, S. M.; HOFLING EPIPHANIO, E. Vida e arte de Ana das Carrancas: uma análise sob o olhar da logoterapia. *Travessias*, Cascavel (PR), v. 16, n. 2, p. 104-117, 2022. DOI: <https://doi.org/10.48075/rt.v16i2.28941>.

COELHO, Tamires Ferreira. Ana das Carrancas: de Dama do Barro à Mito cultural. Uma análise de discurso baseada na morte da artesã Ana das Carrancas sob a ótica do Portal Pernambuco. *Anais do [...] Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, XI. Teresina, 14 a 16 de maio de 2009.

COIMBRA, Silvia Rodrigues; MARTINS, Flávia; DUARTE, Maria Leticia. *O reinado da lua: escultores populares do Nordeste*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1980.

COLLING, Leandro. *Gênero e sexualidade na atualidade*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009.

ECO, Humberto. *Migração e intolerância*. Rio de Janeiro, Record, 2020.

FUNDARPE. *O barro da vida: 100 anos do Mestre Vitalino, Patrimônio Cultural do Brasil*. Recife: FUNDARPE, 2009.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo. Viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: Notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 949-964. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300014>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36,

p. 15-23, jun. 2010.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 34, n. 22, p. 445-456, jan. 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1980.